



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS (LIP)  
LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVA LITERATURA - BACHARELADO

KLARA APARECIDA SILVA BISPO DOS SANTOS

**PAJUBÁ: UMA ANÁLISE (META)PRAGMÁTICA ENTRE A RESISTÊNCIA E A  
ESTIGMATIZAÇÃO LGBTQIAPN+ NAS REDES SOCIAIS**

Brasília - DF

2025

KLARA APARECIDA SILVA BISPO DOS SANTOS

**PAJUBÁ: UMA ANÁLISE (META)PRAGMÁTICA ENTRE A RESISTÊNCIA E A  
ESTIGMATIZAÇÃO LGBTQIAPN+ NAS REDES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade de Brasília – Campus Darcy  
Ribeiro como requisito para obtenção do título  
de Bacharel em Letras Português e Respectiva  
Literatura.

Professor Orientador: Dr. Rodrigo  
Albuquerque

Brasília – DF

2025

*Dedico este trabalho às minhas antepassadas  
que permearam os caminhos para que eu  
pudesse existir, tranquila, pela vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por ser berço da minha existência. Ao meu pai que é carinho e compaixão infinitos, à minha irmã que é luz e energia vibrante que me inspira e impulsiona, à minha avó, Beth, que é aterramento e amor em forma pura, à minha mãe, professora, que é inspiração maior de força e coragem. Às minhas cachorrinhas que são uma lembrança diária de que a vida é um grande ecossistema muito maior do que os meus olhos conseguem enxergar. Lhes amo e sou grata diariamente por fazerem a minha vida mais fluida e cheia de sentido.

Agradeço ao meu orientador Rodrigo Albuquerque que foi um guia desde o meu primeiro semestre na faculdade, quando foi o professor da primeira matéria que cursei na graduação, até o último ponto final deste trabalho. Encerrar este ciclo tendo-o como orientador de uma pesquisa tão simbólica e importante para o Brasil contemporâneo foi uma experiência gratificante e enriquecedora.

Agradeço a todos os professores que, de alguma forma, “ensinaram a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele.”, parafraseando o provérbio que li durante toda a infância, escrito no muro da minha pequena grandíssima Escola Classe 614 de Samambaia, minha primeira porta aberta para o mundo. Vocês foram incentivo, inspiração, motivo de superação e resiliência para mim durante todos os meus anos de estudos até aqui e daqui pra frente. Sem vocês como impulsionadores, eu não estaria e não seria quem sou hoje. Obrigada.

Agradeço à Universidade de Brasília que foi um sonho realizado e que me permitiu alçar novos e maiores voos. Aos meus colegas e companheiros de trabalho no Instituto Federal de Brasília e Receita Federal do Brasil por serem viabilizadores das minhas primeiras experiências profissionais.

Agradeço aos meus amigos e ao amor. Apesar de termos entrado de maneira serendipita na vida uns dos outros, creio que o universo trabalha de maneiras misteriosas para entrelaçar e fazer dançar juntas as almas com energia semelhante. Vocês foram e são respiro, alegria, risadas leves, esperança e conforto em momentos que tudo parecia que não ia dar certo de jeito nenhum. Termos uns aos outros é a minha maior certeza de que o amor é a cura.

Por último agradeço à comunidade LGBTQIAPN+, que em meio a todas as tentativas de ataque e silenciamento, permanece arrasando e brilhando com cada vez mais luz.

Aos que me guiam sempre, mesmo quando eu não consigo ver o caminho à frente,  
Axé!

*"We dress a certain way  
We walk a certain way  
We talk a certain way  
We, we paint a certain way  
We, we make love a certain way, you know?  
All of these things we do in a different  
Unique, specific way that is personally ours"*

ALIEN SUPERSTAR, Beyoncé

## RESUMO

Esta pesquisa se contextualiza na migração da linguagem Pajubá, código linguístico de resistência criado por travestis e pessoas trans brasileiras em contexto de repressão social, para o ambiente de alta visibilidade das redes sociais. O estudo se justifica pela necessidade de compreender o paradoxo de uma criptolinguagem que, ao ampliar sua circulação, se tornou simultaneamente marcador de pertencimento e alvo de estigmatização. Objetiva-se analisar as dinâmicas (meta)pragmáticas do Pajubá no contexto digital, investigando como as práticas discursivas articulam mecanismos de estigma e de resistência pela comunidade LGBTQIAPN+ e agentes externos. O principal construto teórico reside na Metapragmática, compreendida como o campo que examina os processos reflexivos que orientam, regulam e atribuem sentidos sociais ao uso da língua em interação, possibilitando compreender como determinados recursos linguísticos passam a ser indexados a valores identitários, políticos e morais em disputas discursivas situadas. Nesse sentido, a abordagem metapragmática permite analisar de que modo o Pajubá é simultaneamente mobilizado como estratégia de validação identitária e pertencimento comunitário, bem como reinterpretado por agentes externos sob regimes de estigmatização, evidenciando as tensões entre visibilidade, apropriação e resistência que atravessam sua circulação nas redes. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, analisando um corpus de dez comentários no perfil da Deputada Federal Erika Hilton, na plataforma Instagram. A síntese da análise demonstra que a comunidade LGBTQIAPN+ mobiliza o Pajubá para validação política e pertencimento interno, reafirmando sua identidade. Em contraste, constatou-se que agentes externos instrumentalizam o Pajubá para a violência simbólica. Conclui-se que o Pajubá se estabelece como uma prática discursiva de (re)existência, contribuindo para a desconstrução de hierarquias linguísticas e a afirmação de identidades dissidentes no panorama brasileiro.

**Palavras-chave:** Pajubá. Metapragmática. Resistência. Estigma. LGBTQIAPN+

## ABSTRACT

This research is contextualized within the migration of Pajubá, a linguistic code of resistance created by Brazilian travestis and transgender people in contexts of social repression, to the highly visible environment of social media. The study is justified by the need to understand the paradox of a cryptolanguage that, as its circulation expands, has simultaneously become a marker of belonging and a target of stigmatization. It aims to analyze the (meta)pragmatic dynamics of Pajubá in digital contexts, investigating how discursive practices articulate mechanisms of stigma and resistance among the LGBTQIAPN+ community and external agents. The main theoretical framework lies in Metapragmatics, understood as the field that examines the reflexive processes that guide, regulate, and socially ascribe meaning to language use in interaction, enabling the understanding of how specific linguistic resources become indexed to identity, political, and moral values within situated discursive disputes. In this sense, a metapragmatic approach allows for the analysis of how Pajubá is simultaneously mobilized as a strategy for identity validation and community belonging, while also being reinterpreted by external agents under regimes of stigmatization, thereby highlighting the tensions between visibility, appropriation, and resistance that shape its circulation across social media platforms. Methodologically, a qualitative approach is adopted, analyzing a corpus of ten comments from the Instagram profile of Federal Congresswoman Erika Hilton. The analysis demonstrates that the LGBTQIAPN+ community mobilizes Pajubá for political validation and internal belonging, reaffirming identity. In contrast, external agents are found to instrumentalize Pajubá for symbolic violence. It is concluded that Pajubá is established as a discursive practice of (re)existence, contributing to the deconstruction of linguistic hierarchies and the affirmation of dissident identities in the Brazilian context.

**Key-words:** Pajubá. Metapragmatics. Resistance. Stigma. LGBTQIAPN+.

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>1</b>
<b>2 (META)PRAGMÁTICAS PAJUBÁ: ENTRE A ESTIGMATIZAÇÃO E O PERTENCIMENTO</b>	<b>4</b>
<b>3 AÇÕES E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA</b>	<b>10</b>
<b>4 DE “DIVA” A “LACRAÇÃO”: UMA ANÁLISE DAS METAPRAGMÁTICAS PAJUBÁ ONLINE</b>	<b>12</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>24</b>
<b>6 REFERÊNCIAS</b>	<b>26</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Pajubá, código linguístico de origem iorubá e historicamente popularizado por travestis e mulheres trans, estabeleceu-se como uma criptolinguagem de proteção e um poderoso marcador de identidade para a comunidade LGBTQIAPN+. Em sua gênese, nos terreiros de candomblé e nas ruas, sua função primordial era garantir a comunicação sigilosa e a sobrevivência em um contexto de repressão social e política. No cenário contemporâneo, a migração do Pajubá para o ambiente digital, especialmente as redes sociais, ampliou sua circulação e complexificou suas dinâmicas de uso. Longe de se manter como um código exclusivamente secreto, ele se manifesta, hoje, como um repertório do público LGBTQIAPN+ para resistência, expressão de afeto, orgulho e performatividade. É nesse espaço de alta visibilidade que o presente trabalho se insere, buscando compreender o paradoxo de uma linguagem que, com passar do tempo, se tornou na mesma medida símbolo de pertencimento e alvo de estigmatização.

A relevância acadêmica desta pesquisa é atestada pelo diálogo com a literatura especializada, pois autores como Junior (2021) e Nunes (2023) já sinalizam a importância do Pajubá como tecnologia de resistência e constituição identitária. Investigar o Pajubá, nesse sentido, não apenas contribui para a descrição de uma variante linguística marginalizada, mas também para a compreensão dos modos pelos quais práticas discursivas operam como instrumentos de coesão social, reconhecimento mútuo e validação simbólica no interior de comunidades historicamente subalternizadas. Ao trazer o Pajubá para o campo de investigação linguística, este trabalho colabora para a legitimação de formas de expressão dissidentes que, frequentemente, são desqualificadas como desvios ou inadequações da norma, reforçando hierarquias linguísticas que atravessam marcadores de gênero, raça e classe. Assim, a análise acadêmica de seus usos e significados atua no fortalecimento da comunidade LGBTQIAPN+ ao reconhecer sua produção linguística como prática social legítima, capaz de articular pertencimento, memória coletiva e resistência política em diferentes esferas de circulação.

Nesse sentido, ao investigarmos o Pajubá sob o enfoque da (meta)pragmática, ramo da linguística que estuda o modo como os sujeitos refletem, racionalizam e utilizam uma linguagem, este trabalho se alinha a discussões de Signorini (2008) e Povinelli (2016) sobre o reflexo das práticas de uso da língua na escala social. O caráter inovador desta monografia se manifesta na escolha de seu corpus: uma análise das dinâmicas de estigmatização e

pertencimento articuladas pelo Pajubá, especificamente no ambiente online das redes sociais, que explora como o espaço digital catalisa a resignificação e a disseminação contemporânea desta linguagem de resistência, dentro e fora da comunidade LGBTQIAPN+.

A escolha do tema se deu a partir de uma observação pessoal do uso e da circulação da linguagem Pajubá nas redes sociais, notadamente na plataforma *X* (antigo *Twitter*), onde a comunidade LGBTQIAPN+ a emprega em diálogos e discussões, e, também, na plataforma *Instagram*, utilizada principalmente para consumo e publicação de fotos e vídeos curtos capazes de serem imãs digitais de canalização de comentários estigmatizantes e/ou de pertencimento. Esse interesse foi consolidado pela leitura do romance *Neca: Romance em Pajubá* (Moira, 2024), que, somado ao percurso na área de Linguística, solidificou a necessidade e a oportunidade de realizar uma análise sociolinguística e (meta)pragmática deste dialeto. Adicionalmente, enquanto sujeito social e mulher negra, a pesquisa sobre o Pajubá representa um engajamento com a desconstrução de hierarquias linguísticas e sociais que historicamente marginalizam formas de expressão dissidentes. Analisar essa linguagem é um ato político de validação e reconhecimento das narrativas de (re)existência da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente de travestis e mulheres trans negras, contribuindo para a desconstrução de estigmas e para estudos mais amplos sobre sociedade, gênero e linguagem no contexto brasileiro.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as dinâmicas (meta)pragmáticas da linguagem Pajubá em circulação nas redes sociais, com o intuito de investigar como as práticas discursivas em torno dessa variante articulam, de maneira paradoxal, mecanismos de estigmatização e de resistência/pertencimento por parte da comunidade LGBTQIAPN+. Para tal, foram definidos dois objetivos específicos, alinhados ao propósito principal: (1) Identificar as formas de uso do Pajubá empregadas pela comunidade LGBTQIAPN+ em comentários no perfil da Deputada Federal Erika Hilton que atuam como marcadores identitários e tecnologias de pertencimento e resistência; e (2) Analisar os discursos (meta)pragmáticos circulantes nos comentários externos que estigmatizam e deslegitimam o Pajubá e a presença travesti tanto em espaços públicos, como em espaços políticos e femininos.

O percurso metodológico deste trabalho está estruturado em cinco capítulos, além desta Introdução e das Referências. O Capítulo 2, intitulado “(Meta)pragmáticas Pajubá: entre a Estigmatização e o Pertencimento”, apresentará o referencial teórico que embasa a pesquisa,

detalhando os conceitos de Pragmática e Metapragmática, a sócio-história do Pajubá e o papel das redes sociais na contemporaneidade. O Capítulo 3, “Ações e Procedimentos de Pesquisa”, descreverá a abordagem metodológica qualitativa, a constituição do corpus e os critérios de análise. Na sequência, o Capítulo 4, “Análise das Metaprágmatas Pajubá de Resistência e Estigma Online”, será dedicado à análise dos excertos selecionados, dividindo-os nos eixos de pertencimento e estigmatização. Por fim, o Capítulo 5 trará as “Considerações Finais”, onde serão retomados os objetivos e apresentadas as conclusões da pesquisa sob um olhar de expansão e perspectivas futuras.

## 2 (META)PRAGMÁTICAS PAJUBÁ: ENTRE A ESTIGMATIZAÇÃO E O PERTENCIMENTO

A linguagem é uma prática social, capaz de criar e reafirmar identidades, afetos e pertencimentos. Em uma perspectiva sócio pragmática, falar é agir e, nesse sentido, a linguagem não apenas reflete a realidade como a produz e a performa. Como destaca Butler (1988, 2003), o gênero é performativo e construído por práticas e discursos sociais que produzem e reiteram corpos e identidades e, de modo semelhante, pode-se compreender a linguagem Pajubá: um sistema de expressão performativo que serve para a construção e reafirmação da identidade de um grupo social, neste caso, de pessoas LGBTQIAPN+. Assim, linguagem e identidade se entrelaçam em um processo contínuo de negociação simbólica.

Para compreender como a linguagem é utilizada de forma a construir e reproduzir identidades, é necessário recorrer ao ramo linguístico da Pragmática e Metapragmática. A palavra *pragmatismo* foi introduzida pela primeira vez no ramo da filosofia por Charles Peirce (1879), o qual afirmava que nossas crenças nada mais são do que regras de ação. Contemporaneamente, o pragmatismo segue uma tendência de busca de estratégias que centrem no sujeito, e não no objeto do conhecimento, a possibilidade de fazer escolhas racionais. Pensando este conceito na área da linguística e segundo lembra Akmajian et al. (1995), foi Charles Morris quem propôs a divisão tricotômica do estudo da língua em três vertentes - a sintaxe, a semântica e a pragmática - em 1938, definindo pragmática como “o estudo das relações dos sinais dos intérpretes” e posteriormente como “a relação dos signos pelos seus usuários”.

É fato que existem muitas definições de pragmática desde a sua conceitualização, mas neste trabalho destacam-se as de Rod Ellis (1994, p. 23), que discorre sobre a pragmática como sendo o estudo de como a linguagem é usada na comunicação, alcançando uma grande gama de fenômenos que incluem a dêixis (i.e as maneiras pelas quais a linguagem codifica características do contexto da enunciação), implicatura e pressuposição conversacional (i.e a maneira que a linguagem é usada para expressar significados que não necessariamente estão codificados linguisticamente), atos ilocucionários (i.e o uso da linguagem para realizar atos do discurso como afirmar, questionar e direcionar), estrutura conversacional (i.e a forma como conversas são organizadas ao longo das falas), e reparo (i.e o trabalho conversacional realizado para lidar com falhas de comunicação diversas). E a definição de Akmajian et al. (1995) que diz que a pragmática é o estudo do uso da linguagem em relação com a estrutura e

o contexto em que se a utiliza, situando-se assim o estudo da pragmática na fronteira entre a linguagem e o mundo.

Logo, entende-se pragmática como sendo o ramo da linguística que estuda a linguagem em uso, ou seja, o modo como o contexto e a intenção comunicativa influenciam o significado. Diferentemente da sintaxe, que trata da estrutura das frases, e da semântica, que aborda o sentido literal das palavras, a pragmática analisa como as pessoas de fato se comunicam, considerando elementos como entonação, ironia, gestos e implicações, aplicados nos mais diversos contextos de compreensão.

Em outra mão, a metapragmática se refere à capacidade dos sujeitos de refletirem e racionalizarem sobre seus próprios usos linguísticos. É o momento em que o modo de falar se torna, ele próprio, tema de fala; é quando alguém comenta, avalia ou regula os usos possíveis de uma linguagem, de forma a referenciar e predicar a própria linguagem que está usando. Povinelli (2016) afirma que:

O discurso metapragmático remete aos discursos das pessoas (o que inclui o discurso acadêmico) sobre o uso da língua: trata-se nomeadamente de enunciados que têm tratado das regras específicas da etiqueta linguística; Se a função pragmática remete aos aspectos da linguagem que codificam o contexto e a esse aspecto da natureza do uso linguístico que pressupõe o contexto e o que dele resulta, o discurso metapragmático inclui todas as referências implícitas e explícitas a tais codificações, usos e contextos, próprios ou impróprios.

O bom conhecimento e domínio gramatical enfatizado pela análise linguística se torna uma ferramenta que emancipa as habilidades de compreensão e expressão, o que implica numa tomada de consciência dos recursos estruturantes dos enunciados e dos textos que aguce a sensibilidade linguística (Azeredo, 2013). Para Silverstein (2003) ao refletirmos sobre as relações de estrutura linguística e noções de uso da linguagem, propõe-se uma forma de entender como ela atua socialmente a partir de processos chamados de indexicalização, ou seja, processos responsáveis por localizar e situar determinados repertórios linguísticos e seus falantes numa escala social, a partir de avaliações modeladas pela gramática normativa e orientadas pelas ideologias linguísticas circulantes.

Nesse sentido, Signorini (2008, p. 119) enfatiza que:

[...] as metapragmáticas da língua em uso num dado espaço/tempo são sempre heterogêneas e dinâmicas em diferentes graus porque resultam da sinergia de um aglomerado de fatores inter-relacionados, que vão desde a propriedade reflexiva da própria língua, associada às capacidades metalinguística e metacomunicativa dos falantes, até dimensões sócio-histórico-cultural e político-ideológica das práticas de uso oral e escrito da língua e dos discursos sobre como são/devem ser os usos linguísticos na interação social (discursos oficiais, científicos e de senso comum).

É possível, portanto, com base no que foi discorrido acima, compreender que a linguagem Pajubá, código linguístico criado por pessoas travestis e mulheres trans utilizado

especialmente por pessoas LGBTQIAPN+, se apoia nos conceitos de (meta)pragmática para reafirmação e validação. Segundo Pelúcio (2009), por muito tempo essa linguagem foi conhecida como “língua secreta” e sua formação está enraizada nos processos sócio-históricos e sociolinguísticos da língua africana iorubá, do português brasileiro e europeu e de elementos de línguas indígenas brasileiras. Muitas de suas palavras derivam do iorubá-nagô, língua do sudoeste da Nigéria e do antigo Reino de Queto (atual Benin), trazida ao Brasil por pessoas escravizadas que falavam essas línguas, e fundidas com termos do português. Uma grande miscigenação linguística.

É especialmente durante as décadas de 1960 e 1970 que travestis brasileiras, frequentemente marginalizadas e perseguidas, encontram refúgio em terreiros de candomblé e umbanda. Essas religiões, livres de marcações de gênero em sua linguagem e mais abertas à diversidade de corpos, tornaram-se então espaços de acolhimento. O contato com o iorubá presente nos ritos afro-brasileiras possibilitou a criação de um léxico próprio, que se consolidou ali como língua de proteção, resistência e reconhecimento mútuo.

Em termos de registro, a primeira sistematização conhecida do Pajubá foi o *Diálogo de Bonecas* (Jovana Baby, 1995; Stycer, 1995), com cerca de 800 termos do universo trans e travesti. Em seguida, surgiu o *Aurélia - Dicionário da Língua Afiada* (2006), elaborado por Angelo Vip e Fred Lidi, que define o Bajubá (ou Pajubá) como “a linguagem praticada inicialmente por travestis e posteriormente estendida a todo o universo gay”. Desde então, o Pajubá expandiu-se para além da comunidade travesti, se integrando à linguagem de comunicação de pessoas do sexo feminino e posteriormente à linguagem da internet, sendo hoje mais amplamente reconhecido dentro e fora dos grupos LGBTQIAPN+ como símbolo cultural e identitário.

O Pajubá se estabelece como um fenômeno linguístico de dupla funcionalidade e alta complexidade social: enquanto dialeto, opera com um léxico e uma sintaxe próprios, restritos a um grupo específico; enquanto jargão, cumpre um papel estratégico de distinção e sigilo. Essa combinação de funções confere ao código a capacidade de atuar simultaneamente como marcador identitário de pertencimento e como uma tecnologia linguística de proteção em contextos sociais adversos. Entretanto, a resiliência desta linguagem de resistência se dá em confronto direto com uma dinâmica social que oscila entre o estigma e a valorização cultural. De um lado, manifesta-se o preconceito linguístico, que marginaliza historicamente os modos de falar associados a grupos subalternizados. De outro, emerge o reconhecimento de que essas práticas discursivas constituem um vetor potente para a produção de comunidade e resistência. Essa tensão reflete uma lógica mais ampla de controle dos corpos dissidentes, cuja

historicidade é marcada pelo discurso que migrou da “travestilidade artística” (séculos XVIII–XIX) para o “travestismo patológico” (séculos XIX–XX), evidenciando a tentativa de apagamento social. Tal lógica de exclusão ressoa na contemporaneidade, alinhando-se ao conceito de necropolítica proposto por Mbembe (2018). Neste cenário de vulnerabilidade, em que travestis, pessoas negras e pobres são alvos de uma política de apagamento simbólico e físico, a função protetiva do Pajubá se torna criticamente relevante para a (re)existência.

À medida que aprofundamos a observação das dinâmicas adotadas e construídas por meio do uso desta linguagem, percebemos que não se trata de apenas um meio para trocar informações ou expressar pensamentos, mas sim de uma forma pela qual “uma existência singular no mundo se torna conhecimento organizado para fins comunicativos” (Azeredo, 2013), construindo realidades tanto singulares quanto coletivas para os que estão envolvidos naquela interação verbal ou se reconhecem nela. Sob essa perspectiva, busca-se entender a estigmatização e o pertencimento não como forças contrárias, mas sim, co-construtivas, com a linguagem Pajubá tornando-se, portanto, um domínio da expressão que reflete duas formas de estar no mundo, como quem repete e como quem a cria: “nossa relação com as coisas do mundo em geral e com a linguagem em particular nos propicia tanto contatos repetidos com um cotidiano sem surpresas, quanto experiências que desequilibram nosso universo de conhecimentos e valores” (Azeredo, 2013).

Ao inverter os valores do que se é dito, frases e palavras antes pejorativas, como “Bicha babadeira”, “As manas” e “As veadas”, e termos como “Sapatão” e “Traveca” se tornam código de pertencimento do grupo LGBTQIAPN+. Essa resignificação, no entanto, não ocorre isoladamente: ela nasce em confronto direto com discursos estigmatizantes que historicamente procuram deslegitimar e inferiorizar tanto o Pajubá quanto as identidades travestis e LGBTQIAPN+. Expressões como “fala errada”, “linguajar vulgar”, “coisa de viado” ou mesmo o uso depreciativo de termos como “bicha” e “veado” exemplificam esse olhar social que tenta enquadrar essas falas na chave do desvio e da marginalidade. Ocorre, porém, um paradoxo constitutivo: estigma e pertencimento não se opõem, mas se co-produzem. É justamente a força do olhar estigmatizado que impulsiona a comunidade a reapropriar esses termos e transformá-los em marcas positivas de identidade, afeto e resistência, convertendo insultos em signos de divertimento e orgulho coletivo.

Por fim, em relação aos espaços *online*, evidencia-se uma disputa simbólica pelo espaço das redes, materializada como um confronto entre identidades e grupos sociais que articulam suas demarcações de “território” mediante repertórios linguísticos próprios. O ambiente digital opera, então, como vetor de resignificação das práticas comunicacionais,

produzindo deslocamentos que atravessam tanto as dinâmicas online quanto as interações presenciais.

A noção de “rede”, vem do latim *retiolus* e se designava ao instrumento de caça, pesca ou a malhas que cobriam o corpo (Musso, 2004). Evoluiu no século XIX através de Comte para a análise da estrutura social e da dinâmica de interação entre as pessoas. No século XX, a ampliação do conceito de redes se intensificou com a emergência da internet, se iniciando com a Arpanet em 1965, tendo sua abertura no Brasil apenas 30 anos depois, em 1995, evoluindo para a *Web 1.0*, plataforma que oferecia apenas informações básicas e culminando na *Web 2.0* (Wikipedia, 2025; Zenha, 2018), onde surge a cultura da interação *online*, com o surgimento de plataformas como *Blog*, *Youtube*, *Wiki*, etc., que fomentaram a cultura da interação e colaboração. Castells (2009) relaciona essa nova organização à própria mente, afirmando que a comunicação é o fenômeno social fundamental que permite o processamento entre “redes” de indivíduos.

Nesse contexto, a Rede Social *online* é conceituada como o ambiente digital (Musso, 2006) que agrega perfis humanos por afinidades e interesses mútuos. Conforme Lévy (1993), o ciberespaço, ao se expandir, proporciona tanto uma comunicação universal quanto o agrupamento por centros de interesse, o que favorece o desenvolvimento da inteligência coletiva e o amadurecimento de opiniões. Para os grupos sociais, a participação nessas redes viabiliza a diminuição do sentimento de isolamento e o receio de crítica, fortalecendo a autoconfiança, a autoestima e a integração pela colaboratividade e respeito mútuo (Recuero, 2009, 2012; Wenger, 1998). Os estudos de Castells (1999; 2003; 2009) são unânimes ao apresentar a rede como a nova organização social no espaço virtual, essencial para a modificação, criação e reafirmação de uma cultura.

É nesse espaço de interação e disputa que o Pajubá se manifesta como subversão cultural, onde “o deboche, o desmunhecar, a ironia e o riso” florescem num “descaso pelas normas de gênero sexual (como o cultivo ao travestismo) e no uso distorcido da linguagem” (João Silvério Trevisan, 2018). Ao rir, debochar, ironizar e reinventar o português nas redes sociais e espaços *online*, o Pajubá subverte a hegemonia linguística e cultural, transformando o estigma em força criativa. A língua se consolida, assim, como um ato político, um modo de dizer “existimos”, mesmo quando a sociedade insiste em dizer o contrário.

Logo, com o percurso teórico aqui apresentado pretende-se compreender o Pajubá como fenômeno linguístico, histórico e político sob a ótica da pragmática e da metapragmática, bem como suas formas de uso e de avaliação que revelam disputas simbólicas entre estigmatização e pertencimento em espaços *online*. Objetiva-se entender o

Pajubá, portanto, como além de um vocabulário, mas uma prática discursiva de (re)existência, uma tecnologia linguística que questiona hierarquias e cria possibilidades de dizer e de ser. A partir desses fundamentos, a próxima seção apresentará o percurso metodológico adotado para analisar as manifestações da linguagem em contextos contemporâneos, especialmente nos meios digitais, onde se intensificam as dinâmicas de estigma, resistência e performatividade linguística.

Ao longo da análise, busca-se compreender até que ponto a circulação digital do Pajubá protege ou expõe essa prática linguística a processos de apropriação, distorção e esvaziamento, de que modo a linguagem é usada de forma a estigmatizar e julgar os seus usuários e ainda, de que maneira os próprios usuários LGBTQIAPN+ respondem a essas dinâmicas, reconstruindo continuamente os limites entre o “nós” e o “eles” no espaço das redes.

### 3 AÇÕES E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A linguagem, especialmente em práticas discursivas de grupos historicamente marginalizados, carrega sentidos construídos socialmente e atravessados por afetos, identidades e disputas simbólicas. Logo, este trabalho de conclusão adota uma abordagem qualitativa por compreender que o fenômeno investigado envolve dimensões subjetivas, interpretativas e contextuais que não podem ser capturadas por métodos quantitativos. Assim, torna-se necessário a utilização de um método que permita analisar não apenas o que é dito, mas como e por que determinados usos linguísticos emergem, circulam e ganham valor comunitário. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se mostra adequada por privilegiar a compreensão profunda dos sentidos e das motivações que orientam os usos discursivos, algo fundamental para interpretar o contraste entre expressões estigmatizantes e expressões de pertencimento na linguagem Pajubá.

Em um primeiro momento, realizei a delimitação do tema e do corpus, estabelecendo como foco o uso do Pajubá nas redes sociais em dois eixos contrastivos: expressões estigmatizantes e expressões de pertencimento. Esse recorte se justifica por evidenciar o paradoxo constitutivo que atravessa a linguagem trans e travesti, em que insultos podem, ao mesmo tempo, ter tom pejorativo e estigmatizante, ou, serem reapropriados como marcadores identitários positivos e de elogio. Como critério de inclusão, selecionei palavras e expressões que circulam amplamente em interações sociais, redes digitais e comunidades LGBTQIAPN+, com relevância reconhecida tanto no uso cotidiano quanto nos ambientes virtuais e em discussões acadêmicas sobre linguagens de resistência. Como critério de exclusão, deixei de lado termos extremamente contextuais, pouco difundidos ou cujo sentido depende de especificidades locais que extrapolam o escopo da análise.

A constituição do *corpus* analítico deu-se a partir de uma busca ativa e qualitativa por interações discursivas contendo o léxico Pajubá. O recorte espacial da pesquisa se restringiu a plataforma *Instagram*, selecionada não apenas pelo seu expressivo uso e difusão na população brasileira, mas também por apresentarem uma arquitetura de informação que favorece o debate público e a dialética nos comentários das postagens.

Para o recorte amostral, optou-se por uma seleção intencional de interações no perfil oficial da Deputada Federal Erika Hilton, durante os períodos de outubro a dezembro de 2025. A escolha justifica-se pela posição da parlamentar enquanto figura pública e mulher

transgênero de alta visibilidade midiática e política, que também é atravessada pelas narrativas de ser uma pessoa negra e que se relaciona com um homem também da comunidade LGBTQIAPN+. Compreende-se que seu perfil atua como um catalisador de discursos, tensionando, por um lado, o histórico estigma social contra a ocupação de espaços de poder por corpos trans e negros e, por outro, a representatividade política da comunidade LGBTQIAPN+. Por conta da repetição dos dados, em certo ponto a coleta teve que ser interrompida, procedimento que, no âmbito da pesquisa qualitativa, indica o alcance da saturação teórica e a suficiência do *corpus* para a análise proposta.

A coleta resultou em um conjunto de 10 (dez) comentários, categorizados em dois eixos distintos: 5 (cinco) excertos de caráter estigmatizante e 5 (cinco) que elucidam noções de pertencimento e identidade. Tais dados foram catalogados em forma de *screenshots*, ocultando a identidade dos usuários responsáveis pelo comentário para viabilizar, a seguir, a análise de como o uso da linguagem Pajubá opera como ferramenta de resistência ou alvo de discriminação em ambientes digitais.

#### **4 DE “DIVA” A “LACRAÇÃO”: UMA ANÁLISE DAS METAPRAGMÁTICAS PAJUBÁ ONLINE**

O cenário digital contemporâneo no Brasil é caracterizado por um nível de engajamento do usuário singularmente elevado em escala global. Conforme apontam os dados do relatório *Digital 2024: Brazil*, o país figura entre os líderes mundiais no consumo de mídia digital, com os cidadãos dedicando uma média diária superior a 9 horas de uso da internet, das quais aproximadamente 3 horas e 37 minutos são destinadas exclusivamente às redes sociais (Kemp, 2024). Nesse ecossistema de alta conectividade, a preferência nacional recai sobre plataformas que integram comunicação instantânea e consumo audiovisual. O *WhatsApp* consolida-se como a ferramenta hegemônica de conversação e trocas de mensagem rápida, liderando o ranking de utilização, seguido pelo *YouTube* e *Instagram*, que dominam, respectivamente, o fluxo de vídeos longos e a curadoria de conteúdo visual. O *Facebook* e o *TikTok* completam o estrato superior das plataformas mais acessadas, ao passo que o *X* (antigo *Twitter*) sustenta sua relevância estratégica como *locus* de debate público e informação em tempo real, evidenciando uma dieta midiática que oscila entre a manutenção de laços sociais preexistentes e o entretenimento, moldando profundamente a sociabilidade e o comportamento de consumo do brasileiro (DataReportal, 2024; Comscore, 2024).

A presente seção de análise está estruturada em dois eixos centrais e visa analisar as dinâmicas metapragmáticas do Pajubá no ambiente digital. Primeiramente, serão apresentados e discutidos os cinco excertos de comentários nos quais o Pajubá é mobilizado como ferramenta de pertencimento, validação, elogio e incentivo, com a análise detalhada de cada *screenshot* abaixo. Posteriormente, o foco se deslocará para a análise dos cinco comentários que demonstram a inversão de valores no uso do Pajubá. Nesses casos, a linguagem é instrumentalizada de forma estigmatizante, com o propósito de crítica, ridicularização ou manifestação de preconceito. Em consonância com a pesquisa qualitativa, a geração de dados foi interrompida no momento em que se observou a repetição dos dados, o que sinaliza o atingimento do ponto de saturação teórica e a desnecessidade de novas coletas para a sustentação da análise.

Tais excertos serão submetidos à análise linguística e sociolinguística, fundamentada nos pressupostos teóricos estabelecidos no Capítulo 2 desta monografia. A seguir, são dispostos os resultados da coleta de interações verbais realizada no perfil da Deputada Federal Erika Hilton, na plataforma de rede social *Instagram* que compõe o *corpus* desta pesquisa.

**Figura 1 - O Pajubá como tecnologia de resistência e pertencimento**

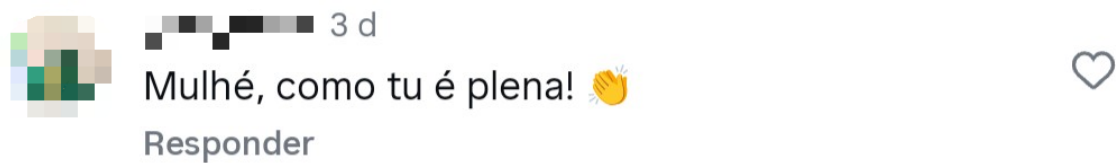


Fonte: *Instagram*

O comentário apresentado na Figura 1, “Arrasou como sempre nossa Deputada Erika!”, mobiliza o léxico Pajubá como um marcador metapragmático de pertencimento e valorização interna. O verbo “arrasar”, neste contexto, não se limita a um elogio semântico de performance de excelência, ele adquire uma função sociolinguística crucial: atua como um endosso validado internamente pela comunidade LGBTQIAPN+ para reconhecer e celebrar a excelência de um par na ocupação de um espaço de poder, nesse caso, político. “Arrasou”, aqui, opera como um código de reconhecimento mútuo, que só pode ser plenamente ativado e ressoado por quem compartilha a linguagem e as experiências do grupo. Ao usá-lo, o enunciador não apenas elogia a deputada, mas reitera a própria norma linguística do Pajubá como válida.

Essa dimensão metapragmática é reforçada pelo uso do pronome possessivo “nossa” em “nossa Deputada”. Linguisticamente, essa escolha marca uma identidade coletiva, subvertendo a formalidade institucional. A deputada é lida menos como uma representante do Estado e mais como uma extensão da própria comunidade. O comentário, funde o cargo político (“Deputada Erika”) com o Pajubá (“Arrasou”) e transforma o comentário em um microcosmo de segurança e celebração. O uso desse léxico atua como um elo que conecta a figura institucional à sua base social, validando a atuação da parlamentar através da gramática do grupo que ela representa e reforçando, assim, o sentimento de pertencimento e o fortalecimento identitário.

**Figura 2: A construção de intimidade e reconhecimento através do uso do vocativo**



Fonte: *Instagram*

A interação ilustrada na Figura 2, “Mulhé, como tu é plena!”, aprofunda a análise do pertencimento ao estabelecer, linguisticamente, uma relação de horizontalidade e intimidade entre o interlocutor(a) e a parlamentar. O uso do pronome de tratamento “tu” é aqui central, funcionando como um marcador linguístico de intensa informalidade e proximidade característico de dialetos regionais ou de repertórios linguísticos que buscam ativamente a suspensão da formalidade hierárquica. Metapragmaticamente, essa escolha pronominal sinaliza a criação de um ambiente discursivo de cumplicidade e tratamento entre pares. O emprego do vocativo “Mulhé”, com a supressão da desinência final marcando a oralidade, reforça essa construção de intimidade, transcendendo a função de substantivo para atuar como um marcador de reconhecimento de gênero e afeto. Ao conjugar o uso informal do “tu” com o vocativo “Mulhé”, o enunciador(a) valida socialmente a identidade da deputada, contrapondo-se à violência simbólica e ao distanciamento institucional, transformando a seção de comentários em um espaço de acolhimento entre pares.

Simultaneamente, a adjetivação da parlamentar como “plena” mobiliza um conceito estético-político do léxico Pajubá, onde a “plenitude” denota não apenas beleza, mas uma confiança inabalável diante das adversidades e do caos da política brasileira como um todo. Em um ecossistema digital frequentemente hostil, classificar a postura da deputada desta forma é reconhecer sua resiliência e a manutenção de sua dignidade frente aos ataques opositores. O enunciado, reforçado pelo uso do emoji de palmas, sela essa validação pública e consolida o perfil da parlamentar como um abrigo discursivo, onde a autoridade política é reafirmada não pela hierarquia, mas pela identificação afetiva e pela partilha de códigos culturais.

**Figura 3: O sincretismo entre o protocolo institucional e a linguagem de comunidade**

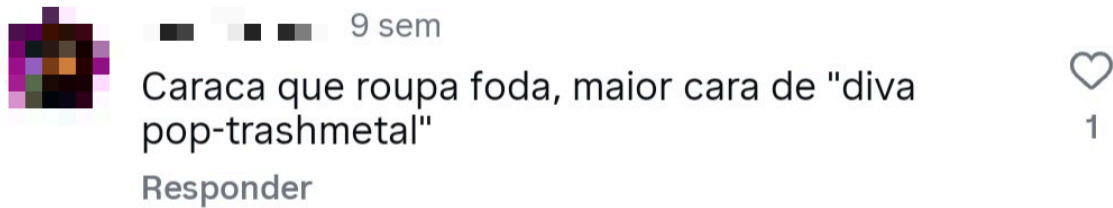


Fonte: *Instagram*

A manifestação discursiva evidenciada na Figura 3 “Deputada, com todo respeito, a Senhora A.B.A.L.A.” ilustra um refinado sincretismo entre o discurso político tradicional e o repertório discursivo da comunidade LGBTQIAPN+. Inicialmente, o enunciador recorre a marcadores de deferência institucional utilizando os vocativos “Deputada” e o pronome de tratamento “Senhora”, somados à expressão de polidez “com todo respeito” atuam, pragmaticamente, como um pedido de licença discursiva, sinalizando a transição do registro formal e institucional para um discurso mais íntimo e alinhado ao Pajubá, ao mesmo tempo em que estabelece a legitimidade do cargo ocupado por Erika Hilton. No entanto, essa introdução formal atua como uma preparação retórica para a inserção do termo “abala”, verbo central no léxico Pajubá que denota a capacidade de causar impacto profundo, de desestabilizar estruturas ou “fazer algo bem feito” segundo Ângelo e Libi (2013, p. 1).

O destaque analítico recai, sobretudo, sobre a estilização gráfica do termo, grafado em caixa alta e com pontuação intercalada (*A.B.A.L.A.*). Esse recurso de prosódia visual mimetiza, no texto escrito, a ênfase da fala pausada e silabada, típica da performance de exaltação nas comunidades *queer*. Ao fundir a reverência do “Senhora” com a potência do “abala”, o comentário subverte a noção de decoro parlamentar: ele sugere que a respeitabilidade da deputada não reside no distanciamento burocrático, mas justamente na sua capacidade de “abalar” as estruturas normativas, validando sua atuação política através de uma lógica de celebração identitária.

**Figura 4: A resignificação do trabalho político através do arquétipo de “Diva”**



Fonte: *Instagram*

A interação disposta na Figura 4 “Caraca que roupa foda, maior cara de ‘diva pop-trashmetal’” evidencia a mobilização do termo “diva” como uma categoria política de legitimação. No léxico Pajubá e na cultura LGBTQIAPN+, a designação de “diva” transcende o sentido corrente de celebridade do entretenimento; ela opera como um título honorífico atribuído a figuras femininas (cis ou trans) que projetam uma imagem de soberania, resiliência e poder para a comunidade. Ao aplicar esta terminologia a uma parlamentar, o enunciador subverte a representação do cargo político tradicional, sugerindo que a autoridade de Erika Hilton não emana apenas de seu mandato institucional, mas de sua consagração como um ícone cultural capaz de representar os anseios e a estética de um grupo historicamente marginalizado.

A construção híbrida “diva pop-*trashmetal*” aprofunda essa análise ao demonstrar a plasticidade do Pajubá em absorver e remixar referências. Enquanto o termo “diva” estabelece a hierarquia de poder e adoração, o modificador “*trashmetal*” (uma referência estética alternativa e agressiva) rompe com a expectativa de polidez e conformidade, validando a postura disruptiva da deputada. Linguisticamente, o comentário atua como uma espécie de autorização da base para que a parlamentar ocupe o Congresso sem abandonar os códigos visuais e comportamentais da comunidade, transformando a estética *queer* em uma ferramenta de disputa e visibilidade no espaço público.

**Figura 5: O uso de emojis, a semiótica visual do Pajubá**



Fonte: *Instagram*

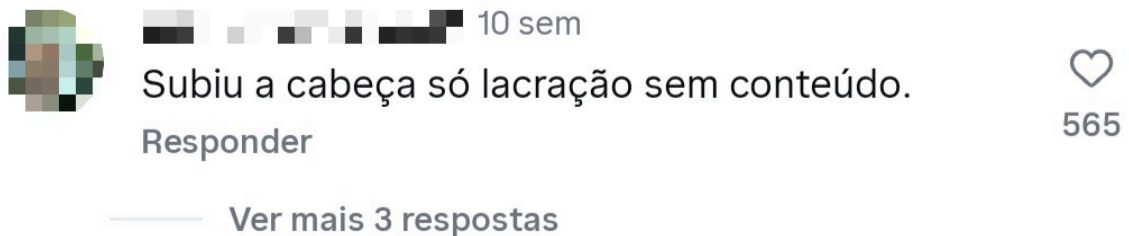
A interação apresentada “A diva viveu em outubro né? trabalhou, deu close, entregou!!! axé sempre!” transcende a comunicação verbal estrita para incorporar elementos não-verbais fundamentais na dinâmica do Pajubá: a performatividade corporal. Na sociabilidade presencial da comunidade LGBTQIAPN+, a fala é frequentemente ritmada por recursos cinésicos, como o estalar de dedos para marcar ênfase, a palmas ritmadas para pontuar sílabas (*clapping*) ou o ruído percussivo da abertura de leques para expressar intensidade (*shade* ou aprovação). No ambiente digital, desprovido da materialidade do corpo, os *emojis* assumem a função desses marcadores gestuais, compondo o que pode ser compreendido como uma gestualidade digital do Pajubá. A sequência de emojis utilizada não é aleatória, mas sintática. Portanto, ao utilizar essa cadeia semiótica, o enunciador não está apenas “decorando o texto”, mas inscrevendo no ambiente virtual a expressividade corporal exuberante que caracteriza a resistência e a alegria da comunidade, garantindo que o tom de voz da validação seja ouvido através da imagem.

Além disso, a interação apresentada na Figura 5 constitui o ponto culminante da análise de pertencimento, pois reconecta o Pajubá contemporâneo às suas raízes etimológicas e funcionais. O uso da saudação 'axé sempre!' não é meramente factual, ele opera uma ativação de memória coletiva. O Pajubá originou-se historicamente como uma cripto linguagem de proteção dentro dos terreiros de Candomblé e nas ruas, fundindo o português com o Iorubá/Nagô para permitir que corpos dissidentes (travestis e homossexuais) se comunicassem em segurança diante da repressão policial e social. Ao encerrar o comentário com “axé” (força vital, energia sagrada), o enunciador(a) reconhece Erika Hilton não apenas como uma política, mas como uma continuadora dessa linhagem de resistência. O termo sacraliza o espaço digital, transformando a caixa de comentários em um espaço onde a proteção e a prosperidade são intencionadas mutuamente.

Metapragmaticamente, o comentário sintetiza a ética laboral e estética da comunidade através dos termos “deu close” e “entregou”. Diferente da lógica ocidental que separa trabalho de beleza, o Pajubá aqui celebra a competência política (“trabalhou”, “entregou”) indissociável da performance visual (“deu close”). Essa narrativa é reforçada pela semiótica dos emojis: as centelhas de brilho (✨) atuam como marcadores visuais do “axé” e da luz espiritual, enquanto o gesto manual que simboliza um coração (👉/👈) materializa o afeto físico negado pela distância virtual. Portanto, este enunciado encapsula a função primordial do Pajubá: uma ferramenta que nasceu para proteger corpos marginalizados através do segredo e que hoje serve para consagrar esses mesmos corpos seja no espaço público de poder, ou nas ruas.

Com relação aos comentários estigmatizantes, foram selecionados para análise os a seguir:

**Figura 6 - Estigmatização e Oposição ao Discurso Identitário**



Fonte: *Instagram*

O comentário ilustrado na Figura 6 “Subiu a cabeça só lacração sem conteúdo” exemplifica o mecanismo de apropriação e subversão pejorativa do vocabulário Pajubá. O termo “lacrção”, originário da comunidade LGBTQIAPN+ como sinônimo de êxito, autoafirmação e argumento definitivo, é aqui mobilizado pelo interlocutor(a) externo como uma categoria acusatória. É crucial reconhecer que, no contexto social brasileiro contemporâneo mais amplo, “lacrção” ganhou um sentido socialmente pejorativo, aproximando-se da ideia de “querer ganhar biscoito” (ou seja, buscar validação e chamar a atenção de forma ostensiva para si ou para uma pauta). Nesse uso externo e estigmatizante, o termo funciona como um rótulo do tipo “*pronto, lacrou demais (só que não)*”, sugerindo que o

sucesso na pauta ou a visibilidade alcançada pelo sujeito é desprovida de legitimidade ou mérito.

Observa-se uma operação discursiva de esvaziamento político: ao opor “lacrção” a “conteúdo” (*só lacrção sem conteúdo*), o usuário cria uma falsa dicotomia sugerindo que a performance discursiva da deputada, marcada por sua identidade de gênero e o uso de sua rede pessoal para compartilhamento de momentos de sua vida “extra-política”, anula sua competência técnica ou política. O Pajubá, neste contexto, deixa de ser lido como um código de cultura e resistência para ser estigmatizado como algo superficial ou arrogante (“*subiu a cabeça*”). Além disso, a métrica de aprovação social do comentário (565 curtidas) indica que essa ressignificação do termo encontra eco na audiência, validando um estigma coletivo de que o discurso identitário, marcado pelo uso de termos como “lacrar”, seria, inerentemente, desprovido de valor intelectual ou propositivo.

**Figura 7 - O uso irônico do vocativo como estratégia de deslegitimação**

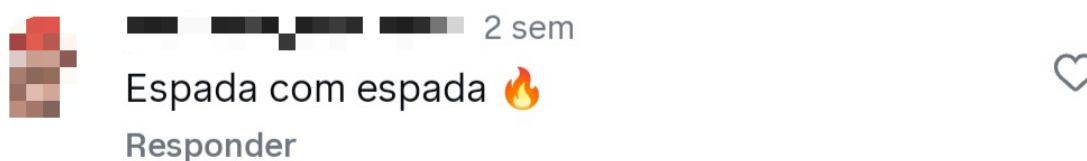


Fonte: *Instagram*

A manifestação discursiva presente na Figura 7 “Socialismo com puro suco do capitalismo mana” exemplifica mais uma vez o mecanismo de apropriação irônica do léxico Pajubá por sujeitos externos à comunidade, operando uma inversão semântica. O vocativo “mana”, originalmente um termo de sororidade, horizontalidade e reconhecimento entre pares (abreviação de hermana/irmã) é aqui deslocado de sua função afetiva para exercer uma função de escárnio. Ao encerrar uma crítica ideológica com esse termo, o enunciador(a) não busca estabelecer proximidade, mas sim marcar um distanciamento debochado, parodiando a fala típica da comunidade LGBTQIAPN+ para ridicularizar a figura da parlamentar. O uso do “mana” atua, portanto, como uma aspas invisível, sugerindo que a identidade da deputada e seu discurso político são performances risíveis ou contraditórias.

Além da dimensão linguística, o comentário mobiliza o Pajubá para potencializar uma crítica política baseada em uma falsa simetria. A expressão coloquial de internet “puro suco de” é acoplada ao vocativo “mana” para criar um efeito de desmascaramento, acusando a deputada de incoerência (*socialismo x capitalismo*). O estigma reside no fato de que a crítica política não é feita de forma técnica, mas atravessada pelo ataque à identidade de gênero e cultural da parlamentar. O(A) agressor(a) utiliza a própria linguagem do grupo minoritário para desqualificar a ocupação de espaços de lazer, divertimento e consumo por corpos trans, insinuando que a adesão à pauta socialista (PSOL, sigla para Partido Socialismo e Liberdade, o qual a deputada faz parte) deveria, obrigatoriamente, excluir a deputada do acesso a bens de consumo, privando-a a um lugar de precariedade.

### Figura 8 - O Uso do Léxico "Espada" para Hipersexualização e Negação da Identidade Trans



Fonte: *Instagram*

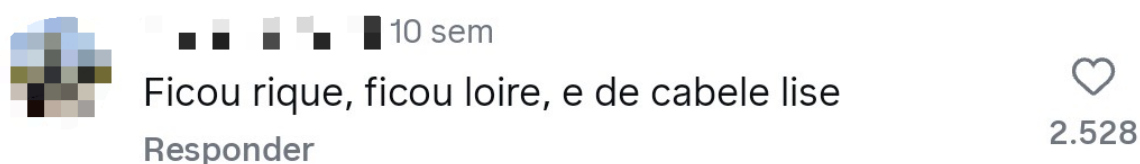
A interação evidenciada na Figura 8 “Espada com espada 🔥” exemplifica a instrumentalização do léxico Pajubá para operar o que se denomina transfobia discursiva via biologicismo. O termo “espada”, na semântica original da comunidade, possui o mesmo sentido de “Neca” (falo, pênis). Ao aplicar este classificatório a uma mulher travesti, o enunciador comete um ato deliberado de *misgendering* (atribuição incorreta de gênero), recusando-se a reconhecer a identidade feminina da parlamentar e reduzindo-a a uma suposta masculinidade biológica ou genital. O comentário opera uma violência simbólica ao tentar “reinscrever” o corpo trans na categoria “homem”, utilizando uma gíria da própria comunidade para deslegitimar a transição de gênero.

Adicionalmente, a expressão duplicada “*espada com espada*” evoca uma conotação sexual pejorativa (remetendo à gíria para o atrito entre genitálias masculinas), o que reforça o estereótipo da hipersexualização de corpos trans. O uso do emoji de fogo (🔥) intensifica o escárnio, sugerindo uma atmosfera de caos ou polêmica, celebrando a agressão como um

espetáculo. Metapragmaticamente, esse ataque busca despolitizar a figura da deputada, deslocando-a do lugar de autoridade legislativa para o lugar do fetiche ou de aberração biológica, negando-lhe não apenas o gênero, mas a respeitabilidade pública necessária ao exercício de seu cargo.

Reconhece-se que a natureza do excerto mobiliza um conteúdo sensível e de violência explícita. Contudo, sua análise é crucial para o escopo desta pesquisa, pois demonstra o ápice dos dos comentários preconceituosos e a profundidade da apropriação do Pajubá para fins de agressão e deslegitimação.

**Figura 9 - O pronome neutro como ferramenta de deslegitimação**



Fonte: *Instagram*

A interação verbal destacada na Figura 9 “Ficou riqe, ficou loire, e de cabele lise” constitui um exemplo paradigmático de estigmatização através da paródia linguística. O enunciador apropria-se da morfologia da linguagem neutra (o uso da desinência “e” para marcar a não-binaridade, uma pauta cara e de contínua discussão para a comunidade LGBTQIAPN+), mas o faz de maneira agramatical e hiperbólica. Ao aplicar a neutralização em adjetivos e substantivos onde ela não se aplica estruturalmente ou socialmente (“cabele”, “lise”), o sujeito opera uma sátira performativa: ele ridiculariza a proposta de inclusão linguística, transformando o modo de falar da comunidade em uma caricatura risível. Sob a ótica metapragmática, esse uso irônico sinaliza que, para o agressor, a linguagem queer/trans não é um código legítimo de identidade, mas uma “aberração gramatical” que merece ser escarneçada.

Sob a perspectiva da performatividade de gênero de Judith Butler, o comentário atua como um mecanismo de policiamento dos atos corporais e sociais da deputada. Ao listar as transformações estéticas e econômicas de Erika Hilton (“rique”, “loire”, “lise”), o enunciador sugere que a ascensão social e a autonomia estética (alisar o cabelo, tingir de loiro) são incompatíveis com a performatividade esperada de uma mulher trans negra e de esquerda na

política. O estigma aqui opera pela interdição: cria-se a narrativa de que a identidade trans na política só é válida se performada na precariedade. O alto número de validações sociais (2.528 curtidas) confirma a eficácia pragmática desse discurso, onde a audiência adere ao ataque que deslegitima a deputada não por suas propostas legislativas, mas por ela ter supostamente “traído” uma essência de sofrimento ou pobreza que o imaginário cisnormativo impõe aos corpos travestis negros.

### Figura 10 - O uso irônico do léxico Pajubá como marcador de “traição” racial



Fonte: *Instagram*

A interação verbal registrada na Figura 10 complexifica a discussão sobre estigmatização ao entrelaçar o policiamento racial com a apropriação irônica do Pajubá. O enunciado “Parece querer se livrar de ser negra” constitui uma acusação direta de “embranquecimento estético”, operando sob uma lógica sociolinguística de “autenticidade vigiada”, tema bastante recorrente e plano de fundo nas redes sociais contemporaneamente. Para o interlocutor, a performatividade de uma mulher negra, especialmente travesti, estaria condicionada a códigos estéticos rígidos que não comportam a fluidez de estilos, como o uso de perucas loiras, nesse caso. Ao sugerir que a deputada busca “se livrar” de sua raça, o comentário nega a autonomia da mulher trans sobre sua própria imagem, submetendo-a a um escrutínio que associa a ascensão social e estética à negação da negritude.

Do ponto de vista metapragmático, o eixo central da estigmatização reside no uso do vocativo “*diva*” entre aspas (“*diva*?!”). As aspas atuam aqui como um modalizador de distanciamento, sinalizando que o enunciador se apropria de um termo de exaltação máxima no léxico LGBTQIAPN+ apenas para inverter sua polaridade semântica. O termo deixa de significar “poder” ou “soberania” para denotar “futilidade” ou “alienação”. Essa operação é finalizada pela estrutura de pergunta retórica (“ou é só minha percepção...?!”), que funciona

como uma estratégia de cinismo discursivo: o agressor(a) camufla o ataque racista e transfóbico sob a máscara de uma dúvida sincera ou opinião pessoal, tentando mitigar sua responsabilidade enunciativa enquanto valida o estigma de que a identidade “diva” (trans/montada) seria incompatível com a identidade negra “autêntica” da deputada.

A análise dos comentários demonstra que a circulação do Pajubá no ambiente digital se estrutura em um paradoxo constitutivo: os mecanismos de pertencimento e de resistência política, expressos em termos como “arrasar” e “diva”, coexistem em tensão direta com as forças de estigmatização e apropriação pejorativa, materializadas no esvaziamento do termo “lacrção” e na violência biologicista do “espada”. O espaço *online*, portanto, emerge como um campo de disputa onde o Pajubá, embora amplamente difundido, não apenas protege, mas também expõe a comunidade LGBTQIAPN+ a novas formas de vulnerabilidade e *misgendering*. Com a finalização desta análise, o próximo e último capítulo, “Considerações Finais”, se dedicará a retomar os objetivos propostos, sintetizar as conclusões centrais da pesquisa e apresentar perspectivas para estudos futuros sobre a linguagem, o gênero e a resistência no contexto digital brasileiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as dinâmicas (meta)pragmáticas da linguagem Pajubá em circulação nas redes sociais, investigando a coexistência paradoxal entre mecanismos de resistência, pertencimento e estigmatização direcionados à comunidade LGBTQIAPN+. Para isso, a pesquisa se ancorou nos conceitos fundamentais da Pragmática linguística, o estudo da linguagem em uso e sua relação com o contexto, e, sobretudo, da Metapragmática, que, à luz de Signorini (2008) e Povinelli (2016), permitiu compreender a capacidade dos sujeitos de refletir, avaliar e, conseqüentemente, disputar os usos legítimos da língua em diferentes escalas sociais. Esta fundamentação teórica foi crucial para abordar o Pajubá não apenas como um léxico, mas como um sistema de expressão performativo que cria e reafirma identidades, em consonância com a perspectiva de gênero de Butler (1988, 2003).

O percurso metodológico trilhado adotou uma abordagem qualitativa, justificada pela necessidade de capturar as dimensões subjetivas, interpretativas e contextuais do fenômeno investigado. A coleta de dados se concentrou na coleta e análise intencional de 10 (dez) comentários na plataforma *Instagram*, especificamente no perfil da Deputada Federal Erika Hilton, no período de outubro a dezembro de 2025. A interrupção da coleta, motivada pela repetição dos padrões discursivos, sinalizou o atingimento da saturação teórica e garantiu a suficiência do *corpus* para sustentar a análise proposta, dividida entre excertos de celebração identitária e de estigmatização.

A síntese analítica comprova que a circulação do Pajubá no ambiente digital opera em um paradoxo constitutivo, onde os mecanismos de pertencimento se desenvolvem em tensão direta com as forças de deslegitimação. Em resposta ao Objetivo Específico 1, identifica-se que o uso do Pajubá pela comunidade LGBTQIAPN+ funciona como um forte marcador identitário e uma tecnologia de resistência, especialmente no reconhecimento e celebração de figuras divas-políticas como Erika Hilton. Termos como “*arrasou*” e vocativos como “*mana*” e “*Mulhé*” transcendem o elogio semântico, atuando como um código de valorização interna e reconhecimento mútuo que transforma o espaço da Rede Social em um ambiente de cumplicidade. Por outro lado, em relação ao Objetivo Específico 2, a análise demonstrou que os discursos estigmatizantes articulam estratégias metapragmáticas de apropriação e ridicularização, buscando o esvaziamento e a invalidação pessoal e política da parlamentar. Isso se manifestou na criação de falsas dicotomias (“*lacração sem conteúdo*”), no uso irônico

da linguagem de proximidade (“*mana*”) e em ataques de violência transfóbica discursiva via biologismo (“*espada*”). Os resultados indicam, ainda, que o estigma se intensifica nas postagens que expõem a interseccionalidade da deputada, sugerindo uma tripla deslegitimação por ser mulher, negra e trans em um espaço de poder público.

Finalmente, este trabalho ressalta a importância da linguagem Pajubá como um ato político de (re)existência. Em um cenário social de vulnerabilidade, onde a taxa de violência contra a população trans no Brasil é a maior do mundo (Narcisa; Bonets, 2025) e a de mulheres permanece alta e em níveis alarmantes (Agência Brasil, 2026), a consolidação do Pajubá, reforçada por iniciativas como o projeto de lei da Deputada Erika Hilton para reconhecimento da linguagem como dialeto brasileiro (Hilton, 2025), fortalece a luta por direitos e a visibilidade. Para futuras investigações, sugere-se a expansão do *corpus* para abarcar diferentes plataformas, bem como a realização de pesquisas sociolinguísticas com jovens e o público LGBTQIAPN+, visando catalogar e documentar as novas variações, evoluções e motivações do uso do Pajubá no país.

Em suma, este esforço de pesquisa é fundamental para validar e inscrever o Pajubá como uma linguagem viva, dinâmica e inseparável da resistência das comunidades trans, travesti e LGBTQIAPN+, conferindo-lhe o devido lugar na cultura e no panorama linguístico brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil atinge recorde de feminicídios em 2025: quatro mortes por dia**. 5 fev. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-02/brasil-atinge-recorde-de-feminicidios-em-2025-quatro-mortes-por-dia>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- AKMAJIAN, Adrian et al. **Linguistics: An introduction to language and communication**. MIT press, 1995.
- AZEREDO, José Carlos de. **A análise gramatical e a explicação de textos**. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 46, 2013.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.879, de 2025. Declara a linguagem Pajubá como Manifestação da Cultura Brasileira**. Autoria: Deputada Erika Hilton. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 17 nov. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 18 dez. 2025.
- BUTLER, Judith. **Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory**. In: Theatre Journal, Vol. 40, No. 4, 1988.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra. 1999
- CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. EUA: Oxford University Press, 2009.
- COMSCORE. **Media Metrix Multi-Platform**. Brazil: Comscore, 2024.
- DATAREPORTAL. **Digital 2024: Brazil. We Are Social & Meltwater**. Disponível em: [datareportal.com/reports/digital-2024-brazil](https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil). Acesso em: 11 dez. 2025..
- JUNIOR, João Gomes. **O pajubá como tecnologia linguística na constituição de identidades e resistências de travestis**. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 14, n. 43, 2021.

KEMP, Simon. **Digital 2024: Global Overview Report**. DataReportal, 2024.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência — o futuro do pensamento na era da informática**. Trad. Carlos Irineu da Costa, Rio de Janeiro: 34, 1993.

MOIRA, Amara. **Neca: Romance em bajubá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

NARCISA, Tayana; BONETS, Vitor. **Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê**. CNN Brasil, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travesti-s-aponta-dossie/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

NUNES, Edivaldo Alves. **A linguagem Pajubá: identidades e formas de (re) existências**. 2023.

POVINELLI, Elizabeth A. **Pragmáticas íntimas: linguagem, subjetividade e gênero**. Trad. Joana Plaza Pinto. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 24, v. 1, 2016.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SIGNORINI, Inês. **Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise**. (Org.). *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVERSTEIN, Michael. **Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life**. *Language & Communication*, n. 23, 2003.

STYCER, Maurício. **Travesti lança dicionário**. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 jun. 1995. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/22/cotidiano/18.html>>. Acesso em: 18 out. 2025.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

VIP, Ângelo; LIBI, Fred. **Aurélia, a dicionária da língua afiada**. São Paulo: Editora do Bispo, 2006.

WENGER, Etienne. **Communities of practice. Learning, meaning and identity**. New York: Cambridge University Press, 1998.

Wikipedia. **WEB 2.0**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Web\\_2.0](https://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0). Acesso em: 9 de dezembro de 2025.

ZENHA, Luciana. **Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?**. Caderno de Educação, n. 49, 2018.